

OLIVEIRA, KLEBER F; FUSCO, WILSON; LYRA, MARIA REJANE; CUNHA, JOSÉ MARCOS PINTO DA. "As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais", p.83-112. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015. <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-07>

4

CAPÍTULO

AS METRÓPOLES NORDESTINAS NO PROCESSO MIGRATÓRIO NACIONAL: TENDÊNCIAS E ARTICULAÇÕES ESPACIAIS¹

Kleber F. Oliveira, Wilson Fusco, Maria Rejane Lyra e José Marcos Pinto da Cunha

Para compreender a dinâmica migratória nordestina é necessário estabelecer o ambiente em que essa dinâmica se desenvolve. Pode-se dizer que essa região brasileira seja *locus* privilegiado dos estudos migratórios não apenas por envolver parte substancial dos migrantes brasileiros, mas por ambientar mudanças na atividade econômica, na estrutura populacional e na composição da renda. Por outro lado, conserva características como elevada concentração de terras, predomínio de pastos e fragilidade produtiva. Desta forma, o Nordeste de hoje não mais assiste a migrações de flagelados

1 Trabalho originalmente apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP, Brasil, de 20 a 24 de novembro de 2012.

da seca, embora persista a ineficiência em fazer frente a tal fenômeno. Para os que persistem em viver nessas áreas, os programas sociais de transferência de renda aliviam a penúria e, de certa forma, desmotivam a migração.

A emigração nordestina mantém o Sudeste como destino quase exclusivo, principalmente depois do progressivo fechamento das fronteiras agrícolas, mas internamente crescem as trocas migratórias principalmente para nas áreas não metropolitanas. O Nordeste das secas vai se transformando em uma região de grande potencial de desenvolvimento, aliado às melhorias na renda, educação e de crescimento no emprego. Entretanto, persistem o atraso do meio rural, sobretudo a concentração de terra e o predomínio dos pastos. No Interior nordestino, a profunda heterogeneidade regional, seja econômica, ou mesmo de atenção das políticas públicas e investimentos privados, estão relacionados com a dinâmica migratória interna.

No âmbito da migração, torna-se necessário compreender o ambiente complexo e ainda pouco nítido em que esses fluxos se originam, movimentam-se e se transformam. Emigrar, retornar e reemigrar são movimentos quase idiossincráticos dos nordestinos e iniciar uma discussão sobre eles e os principais achados a partir do Censo Demográfico 2010 é o principal objetivo deste artigo.

Para tanto, divide-se em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na parte 1, trata do crescimento populacional e das trocas migratórias que o Nordeste executa com as demais regiões brasileiras. Em seguida, mostra que paralelamente ao incremento na atividade econômica, principalmente via mercado de trabalho e programas sociais dos últimos anos, persistem fatores expulsivos estruturais, como atômidade das propriedades agrícolas, concentração de terras e quase nulo acesso a irrigação e capacitação técnica. Ainda neste tópico, mostra que esses fatores devem ser elencados para explicar a migração de retorno à região, bem como a migração dentro de cada UF nordestina.

Finaliza levantando pontos de pesquisa a serem desenvolvidos tanto pela relevância teórica quanto o para o balizamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

O AMBIENTE DA MIGRAÇÃO NORDESTINA

Em que pese os resultados do Censo Demográfico 2000 já apontarem a existência de um processo de ruptura no padrão histórico da migração inter-regional, caracterizado principalmente pelo aumento da migração de

retorno ao Nordeste e pela redução dos fluxos Nordeste-Sudeste (Hakkert & Martine, 2007), bem como as novas direções, a intensificação ou arrefecimento de certas modalidades migratórias (Cunha & Baeninger, 2005), a dinâmica migratória nordestina é ainda impulsionada pelos mesmos elementos.

O Nordeste que logrou desenvolver a atividade extrativa-mineral, a produção animal e diversificar as áreas irrigadas de soja, frutas e legumes (Cano, 1998), ainda padece com a atômidade das unidades produtivas resultante da profunda concentração de terras, privilegia o pasto em detrimento da lavoura; carece de irrigação, de orientação técnica e de crédito. O Nordeste metropolitano que concentra a renda, população e contextos favoráveis de mercado de trabalho, convive com o interior de economia debilitada, movida à base de aposentadorias e programas sociais de transferências de renda.

Estrutura fundiária e uso da terra

A estrutura fundiária nordestina e o uso da terra são dois elementos centrais no processo de desenvolvimento regional, portanto, influente na migração (fundamental com Singer, 1983). A atual desigualdade de acesso aos meios de produção, aqui abordada pela distribuição das terras, mantém atual a descrição de Andrade (1964), sobre o Nordeste do gado, cana e latifúndio. Observe-se na tabela 1 que, em 2006, quase 66% das propriedades ocupavam 5% da área em estabelecimentos, enquanto que menos de 0,5% ocupava cerca de 30% da área.

Tabela 1— Distribuição dos estabelecimentos segundo área - Nordeste, 1995 e 2006

| CLASSES DE ÁREA | ESTABELECEMENTOS (%) | | ÁREA OCUPADA (%) | |
|------------------------|----------------------|------|------------------|------|
| | 1995 | 2006 | 1995 | 2006 |
| MENOS DE 10 HA | 68,0 | 65,9 | 5,2 | 5,0 |
| 10 A MENOS DE 100 HA | 26,2 | 28,6 | 24,6 | 26,6 |
| 100 A MENOS DE 1000 HA | 5,4 | 5,1 | 40,2 | 37,9 |
| 1000 HA E MAIS | 0,4 | 0,4 | 30,0 | 30,5 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995 e 2006

O uso da terra no Nordeste parece ainda privilegiar o pasto em detrimento da agricultura. Os reflexos desse processo são, de acordo com

Andrade (1964), perniciosos ao emprego no meio rural necessitar de pouca mão-de-obra. Por outro lado, o tipo de lavoura pode ainda tornar mais instável a vida no Nordeste, seja pelo nível da remuneração, pelo grau de rotatividade ou ainda pela baixíssima possibilidade de cobertura legal. Note então, na tabela 2, que lavoura ocupava, em 2006, cerca de 21% das terras e que desse total quase 77% era de lavoura temporária. Já os pastos, ocupavam o dobro da área em lavouras, quase 43%, e se somadas às matas e florestas representavam quase 80% das terras em estabelecimentos.

Tabela 2 – Uso das terras nos estabelecimentos agrícolas, uso de irrigação e acesso a orientação técnica no Nordeste, 1995 e 2006 (%)

| UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (HA) | USO DA TERRA (%) | |
|----------------------------|------------------|--------------|
| | 1995 | 2006 |
| Lavoura | 16,63 | 21,19 |
| Permanente | 25,61 | 23,16 |
| Temporária | 74,39 | 76,84 |
| Pastagens | 51,57 | 42,68 |
| Naturais | 62,28 | 52,43 |
| Plantadas | 37,72 | 47,57 |
| Matas e Florestas | 31,80 | 36,13 |
| Naturais | 18,53 | 21,69 |
| Plantadas | 0,37 | 0,36 |
| Irrigação | | |
| Ocasionalmente | | 13,56 |
| Regularmente | | 12,66 |
| Não recebeu | | 73,78 |
| Orientação técnica | | |
| Ocasionalmente | | 5,28 |
| Regularmente | | 3,11 |
| Não recebeu | | 91,62 |

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995 e 2006.

A escassez de chuva e os efeitos perversos das secas, associados com a baixa qualidade da terra e a reduzida produtividade agrícola no agreste e sertão representam ainda motivos importantes à migração. Esses elementos expulsivos e de persistência histórica (Coelho, 1985; Gomes, 2001; Villa, 2000) continuam incidentes no Nordeste. Observe-se ainda na tabela 2, que apenas 12% dos estabelecimentos usam irrigação regularmente, ou seja, que 88% dos estabelecimentos usam ocasionalmente (13,56%) ou não usam (73,79%). Na mesma direção, constata-se que quase 92% dos estabelecimentos não receberam orientação técnica, em 2006. O resultado evidente dessa condição é materializado nas péssimas condições de vida no interior, na falta de inserção no mercado de trabalho, na baixa integração da economia nordestina e no aprofundamento das relações de dependência e de compadrio que ainda maculam a vida no Nordeste (ANDRADE, 1964; CASTRO, 2007).

Mercado de trabalho

O foco no setor primário justifica-se aqui não apenas pelas raízes da formação econômica e social do Nordeste, mas também por ainda hoje empregar mais de 37% dos ocupados nas áreas não-metropolitanas. Nesse sentido, de acordo com a tabela 3, e admitindo poder particionar a região em duas grandes áreas², pode-se verificar a existência de um Nordeste não-metropolitano fortemente baseado na atividade primária, ressentida da concentração de terra, do predomínio dos pastos e lavouras temporárias, carente de água e orientação técnica e com baixa produtividade. (Veja Anexos 1 e 2).

2 Trata-se do Nordeste metropolitano aqui composto pelas suas três regiões metropolitanas: Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA). Para os demais estados foram consideradas áreas de influências ou microrregiões das capitais: Região da Grande São Luis (MA), Região da Grande Teresina (PI), Região da Grande Natal (RN), Região da Grande João Pessoa (PB), Região da Grande Maceió (AL) e Região da Grande Aracaju (SE).

Tabela 3 – Distribuição setorial dos empregados por grandes setores de atividade e renda média por áreas - Nordeste, 2000 e 2010 (Maio/2012=100)

| SETOR DE ATIVIDADE | 2000 | | | |
|--------------------------------------|----------------------------|-------------|------------------------|-------------|
| | NORDESTE NÃO-METROPOLITANO | | NORDESTE METROPOLITANO | |
| | DISTRIBUIÇÃO (%) | RENDA MÉDIA | DISTRIBUIÇÃO (%) | RENDA MÉDIA |
| Agricultura, pecuária e silvicultura | 45,5 | 353,28 | 3,4 | 719,47 |
| Indústria | 13,4 | 611,33 | 20,1 | 1.110,65 |
| Comércio e serviços | 21,8 | 875,51 | 42,6 | 1.364,32 |
| Administração pública | 12,2 | 791,03 | 19,7 | 1.773,42 |
| Outros serviços | 8,0 | 318,27 | 14,1 | 584,82 |
| Total | 100,0 | 599,26 | 100,0 | 1.265,31 |
| SETOR DE ATIVIDADE | 2010 | | | |
| | NORDESTE NÃO-METROPOLITANO | | NORDESTE METROPOLITANO | |
| | DISTRIBUIÇÃO (%) | RENDA MÉDIA | DISTRIBUIÇÃO (%) | RENDA MÉDIA |
| Agricultura, pecuária e silvicultura | 37,3 | 407,07 | 3,9 | 679,72 |
| Indústria | 15,8 | 702,84 | 20,7 | 1.170,56 |
| Comércio e serviços | 24,2 | 889,88 | 42,7 | 1.313,94 |
| Administração pública | 14,9 | 1.103,87 | 20,3 | 2.181,60 |
| Outros serviços | 7,8 | 372,43 | 12,5 | 580,96 |
| Total | 100,0 | 729,75 | 100,0 | 1.356,78 |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

* Exclui os rendimentos nulos

O Nordeste metropolitano, por sua vez, com intensa participação do emprego nos setores de comércio e serviços (42,7%), seguidos pela indústria (20,7%) e administração pública (20,3%) exerce, decerto, influência no direcionamento dos fluxos originados do interior nordestino não apenas pela natureza do emprego, mas também por encontrar nas metrópoles um contexto mais favorável à mobilidade sócio-ocupacional.

O avanço dos empregos públicos no Nordeste foi impulsionado desde o início dos anos 1990, à base da Constituição de 1988, que conferiu maior autonomia financeira a estados e municípios para gerir e gastar recursos

públicos, bem como focalizar seus gastos na área social, habitação e urbanismo (AFONSO, 1994). Da mesma forma, Porsse & Soares (1999) apontaram a tendência de crescimento dos gastos públicos, principalmente em municípios com população inferior a 100 habitantes, nas funções de educação, planejamento, saúde e habitação. Merecem destaque, nesse sentido, os empregos municipais e estaduais temporários que, mesmo possuindo efeito positivo localmente, não deve encobrir o caráter temporário dessa relação de trabalho. Note, na tabela 3, o aumento relativo dos empregos públicos no Nordeste não-metropolitano, passando de 12,2% para 14,9%, do total de ocupados, enquanto que na área metropolitana, manteve-se entre 20%, entre 2000 e 2010.

Parte desse contexto mais favorável, acima aludido, está relacionada diretamente com os diferenciais de renda segundo atividade. Mesmo reconhecendo que o custo de vida em áreas metropolitanas seja mais elevado que no interior, chama atenção que a renda média total nas metrópoles seja o dobro daquela percebida nas outras áreas. No último ano, por exemplo, os empregados no setor primário do Nordeste metropolitano recebiam quase R\$ 680,00 enquanto que no interior essa renda era de R\$ 407,00. No setor de comércio e serviços, as rendas são R\$ 1.314,00 e R\$ 890,00, respectivamente. Na administração pública, a renda Nordeste metropolitano é R\$ 2.182,00 e no interior, R\$ 1.104,00.

Há que se destacar ainda no interior nordestino o processo de redistribuição dos ocupados a partir do setor primário para os demais setores. Observe que, entre 2000 e 2010, a mão-de-obra desocupada pelo setor primário parece ser absorvida em outras atividades, fato que pode estar relacionado com os efeitos positivos das rendas de transferência de renda, investimento em obras de infraestrutura e de extração mineral, bem como dos empregos públicos.

Composição da renda domiciliar

A análise da composição da massa de rendimentos domiciliares permite, desta forma, dimensionar a importância das rendas de transferências na dinâmica econômica regional. A importância das rendas de transferência em áreas de economia debilitada como no interior nordestino, motivou Maia Gomes (2001) afirmar o surgimento das “economias sem produção³”, ou

3 A economia sem produção seria formada por três elementos principais: Os aposentados, os funcionários públicos e as prefeituras. O autor esclarece que esse conceito deva ser aplicado,

seja, áreas de pouca renda e nenhum produto, sendo essas rendas originadas principalmente das aposentadorias, funcionários públicos e prefeituras. Observe-se, na tabela 4, que é justamente no Nordeste não metropolitano que as rendas de transferências aumentam sua participação tanto relativa, passando de 23% para 31% da renda domiciliar total, como absoluta, de R\$ 223,08 para R\$ 412,11, entre 2000 e 2010.

A renda do trabalho, por sua vez, teve reduzida sua participação relativa, caindo de 72,9% para 63,6%, nessa década, embora em valores reais passasse de R\$ 704,75 para R\$ 843,97, variação, aliás, inferior ao observado na renda de transferências.

Tabela 4 – Composição da renda domiciliar total por fontes- Nordeste, 2000 e 2010 (Maio/2012=100)

| FONTES DA RENDA DOMICILIAR | 2000 | | | |
|----------------------------------|----------------------------|-------------|------------------------|-------------|
| | NORDESTE NÃO-METROPOLITANO | | NORDESTE METROPOLITANO | |
| | % DA RENDA DOMICILIAR | RENDA MÉDIA | % DA RENDA DOMICILIAR | RENDA MÉDIA |
| Trabalho | 72,9 | 704,75 | 74,8 | 1.708,02 |
| Transferências | 23,1 | 223,08 | 20,9 | 478,02 |
| Ativos | 4,0 | 39,13 | 4,3 | 98,56 |
| Total | 100,0 | 966,97 | 100,0 | 2.284,60 |
| FONTES DA RENDA DOMICILIAR | 2010 | | | |
| | NORDESTE NÃO-METROPOLITANO | | NORDESTE METROPOLITANO | |
| | % DA RENDA DOMICILIAR | RENDA MÉDIA | % DA RENDA DOMICILIAR | RENDA MÉDIA |
| Trabalho | 63,6 | 843,97 | 68,9 | 1.921,33 |
| Transferências | 31,0 | 412,11 | 20,8 | 578,92 |
| Ativos | 5,4 | 71,82 | 10,4 | 288,76 |
| Total | 100,0 | 1.327,89 | 100,0 | 2.789,01 |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

* Exclui os rendimentos nulos

a rigor apenas aos aposentados, dado seu rendimento consistir em transferência de renda e não exigir contrapartida contemporânea de prestação de serviços (MAIA GOMES, 2001).

Mas o que isso tem a ver com a migração? Quais os indícios de influência na dinâmica migratória? Um primeiro possível efeito a ser destacado é que se não houvesse a realocação do quantitativo da mão-de-obra, aparentemente originado do setor primário, para os demais setores, esses trabalhadores seriam incentivados a migrar para as áreas mais dinâmicas. Entretanto, observa-se que tanto a indústria extrativa, de construção, bem como o comércio e serviços podem ter agido de forma a desencorajar a migração, mesmo que persistindo os diferenciais de renda, conforme mostrado.

MIGRAÇÃO NORDESTINA: FLUXOS, ARTICULAÇÕES E RETORNO

Os registros populacionais nas Grandes Regiões brasileiras nos últimos quatro censos deixam claro o processo de redistribuição interna no território nacional (Tabela 5). Observando as participações relativas de cada recorte, nota-se que somente as regiões Norte e Centro-Oeste cresceram, e a primeira aumentou de forma muito mais intensa que a última. Quanto às demais regiões, fica evidente a maior queda proporcional da Região Sul, que teve na última década a maior perda de participação, tanto entre os últimos períodos quanto entre as demais regiões no período mais recente. Mais interessante, no entanto, é ver que, apesar da Região Nordeste ter perdido participação na população nacional de forma mais pronunciada que a Região Sudeste no conjunto das últimas três décadas, a última década representa uma mudança neste ranking, de forma que o Nordeste passou a ser a região que menos perdeu participação dentre as “perdedoras”.

Da mesma forma, os dados sobre crescimento anual respeitam a correspondência com as participações relativas dos recortes, mas sintetiza as informações da redistribuição de forma particular. Na mesma Tabela 5 pode-se perceber o fantástico crescimento da Região Norte na década de 1980, fato derivado principalmente da imigração que foi lá registrada, mas também da mais alta taxa de fecundidade nacional. O Nordeste, neste período, teve uma taxa de crescimento médio ligeiramente abaixo da média nacional, diferente da década seguinte, quando teve o pior desempenho entre todas as regiões, em termos de crescimento. Mas, focando sobre o que nos interessa aqui, a Região Nordeste voltou a apresentar um crescimento importante na década de 2000, aproximando-se novamente da média nacional, e ficando a frente das regiões Sudeste e Sul na comparação entre taxas de crescimento médio anual.

Tabela 5 – Participação na população nacional e taxa de crescimento médio anual-Grandes Regiões do Brasil, 1980 a 2010

| REGIÃO GEOGRÁFICA | PARTICIPAÇÃO EM % NA POPULAÇÃO TOTAL | | | | TAXA DE CRESCIMENTO AO ANO | | |
|----------------------|--------------------------------------|-------------|-------------|-------------|----------------------------|-------|-------|
| | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 | EM % | | |
| | | | | | 80/91 | 91/00 | 00/10 |
| Norte | 4,9 | 6,8 | 7,6 | 8,3 | 5,0 | 2,8 | 2,1 |
| Nordeste | 29,3 | 28,9 | 28,1 | 27,8 | 1,8 | 1,3 | 1,1 |
| Sudeste | 43,5 | 42,7 | 42,6 | 42,1 | 1,8 | 1,6 | 1,1 |
| Sul | 16,0 | 15,1 | 14,8 | 14,4 | 1,4 | 1,4 | 0,9 |
| Centro-Oeste | 6,3 | 6,4 | 6,9 | 7,4 | 2,0 | 2,4 | 1,9 |
| Brasil | 100 | 100 | 100 | 100 | 1,9 | 1,6 | 1,2 |
| Total Nordeste | 119.011.052 | 146.825.475 | 196.799.170 | 190.755.799 | | | |

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 1980 a 2010

Fluxos migratórios e articulações espaciais

Pelo que se viu sobre a participação relativa da população nordestina e sobre seu crescimento, as informações da Tabela 6 apontam para algumas questões a serem exploradas. De acordo com o resultado do Censo de 2010, a Região Nordeste foi a única a apresentar saldo migratório negativo para o período 2005-2010, para o qual são utilizadas as informações sobre migração data-fixa⁴. Não somente negativo, mas a medida foi bastante semelhante ao que foi verificado no Censo de 2000, a respeito do quinquênio 1995-2000. É importante ter em conta que, na década de 1990, o Nordeste cresceu a 1,30% ao ano, a menor taxa de crescimento dentre as regiões, e teve a maior queda na participação da população brasileira nas últimas décadas, fatos correspondentes ao grande saldo negativo apresentado. No entanto, quando se observa a mudança de desempenho quanto ao crescimento populacional, a mesma correspondência ao saldo migratório registrado não é tão evidente. A explicação para tal fato deve, inicialmente, indicar que a população nordestina de 2010 é 11% maior que a de 2000, o que reduz o peso do saldo negativo quando comparado à década anterior (o

4 Neste caso, não se contabilizam as pessoas com menos de 5 anos de idade.

saldo negativo correspondeu a 1,6% da população do Nordeste em 2000 e a 1,4% em 2010). Além disso, se for correto o pressuposto de que a dinâmica migratória apresentou resultados diferentes no decorrer do período, e se for considerada a hipótese de que houve menos imigração, principalmente de retornados, na segunda metade da década, a sobreposição das informações sobre crescimento populacional e saldo migratório para o Nordeste na década de 2000 pode ser bastante razoável.

Tabela 6 – Volumes de imigração e emigração e saldos migratórios para as Grandes Regiões do Brasil, 1995-2000 e 2005-2010

| REGIÃO GEOGRÁFICA | 1995-2000 | | | 2005-2010 | | |
|----------------------|------------|------------|----------|------------|------------|----------|
| | IMIGRANTES | EMIGRANTES | SALDO | IMIGRANTES | EMIGRANTES | SALDO |
| Norte | 335.436 | 292.751 | 42.685 | 321.164 | 286.414 | 34.750 |
| Nordeste | 647.373 | 1.411.420 | -764.047 | 624.302 | 1.361.916 | -737.614 |
| Sudeste | 1.404.872 | 946.287 | 458.585 | 1.270.331 | 900.043 | 370.288 |
| Sul | 330.619 | 349.813 | -19.194 | 372.151 | 297.525 | 74.626 |
| Centro-Oeste | 625.246 | 363.275 | 261.971 | 636.691 | 378.741 | 257.950 |

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000 e 2010

Outros resultados da Tabela 6 também apresentam potencial conflito com os da Tabela 5, como o saldo positivo na Região Sul, ao mesmo tempo em que a mesma cresceu a 0,87% ao ano na década de 2000, o equivalente a 74% da taxa média que o Brasil apresentou no período (1,17% a.a.). Ainda que tenha a menor taxa de fecundidade do país, o fato do crescimento ter tido um ritmo inferior ao de qualquer outra região não corresponderia ao saldo migratório positivo observado no Sul. Mais coerente foi o saldo migratório da década anterior, o qual foi negativo, mas não muito expressivo, ao mesmo tempo em que registrou o segundo menor crescimento anual dentre as regiões. E esses mesmos questionamentos podem ser feitos para a Região Sudeste, dado que a contabilidade dos saldos regionais deve fechar em zero no território nacional. Entretanto, da mesma forma que na argumentação sobre a relação entre saldo migratório e crescimento populacional do Nordeste, mudanças nos volumes e direções dos fluxos migratórios ocorridas no decorrer dos anos da década de 2000 podem dar conta de diluir esse “conflito” entre os indicadores.

Os saldos migratórios das UFs da Região Nordeste estão exibidos na Tabela 7. Percebe-se certa estabilidade no desempenho dos estados quanto ao sinal do saldo, com exceção de Sergipe, que teve saldo negativo em 2000 e passou a positivo em 2010. Outras mudanças foram a importante diminuição em volume dos saldos negativos de Pernambuco e Paraíba e, por outro lado, o expressivo aumento em volume do saldo negativo no Ceará, todas relativas à comparação entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010. Fato curioso é o registro bastante próximo em números dos imigrantes para a maioria das UFs, entre os dois períodos. Curioso, também, porque se acreditou, em função de indicadores do desempenho da economia regional, que a migração de retorno ao Nordeste registrara forte aumento, o que deveria estar refletido neste último censo, trazendo incrementos aos volumes de imigrantes quando comparados aos do censo anterior. Por outro lado, como já foi dito, a maior possibilidade é que os fluxos de imigração, principalmente de retorno, tenham arrefecido no final da década, fato registrado em estudo baseado na última PNAD da década (CUNHA, 2007). Além disso, é possível entender esses resultados como uma melhora na condição da Região Nordeste em reter sua população, pois, comparando com os saldos da década anterior, somente 3 UFs dentre as 9 apresentaram aumento no saldo negativo (Piauí, Ceará e Alagoas).

Tabela 7 – Volumes de imigração e emigração e saldos migratórios para as UFs do Nordeste- 1995-2000 e 2005-2010

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | 1995-2000 | | | 2005-2010 | | |
|-------------------------|------------|------------|----------|------------|------------|----------|
| | IMIGRANTES | EMIGRANTES | SALDO | IMIGRANTES | EMIGRANTES | SALDO |
| Maranhão | 100.820 | 274.470 | -173.650 | 118.423 | 287.673 | -169.250 |
| Piauí | 88.736 | 140.815 | -52.079 | 78.763 | 153.385 | -74.622 |
| Ceará | 162.926 | 186.709 | -23.783 | 122.730 | 195.034 | -72.304 |
| Rio Grande do Norte | 77.917 | 71.286 | 6.631 | 73.095 | 59.435 | 13.660 |
| Paraíba | 102.005 | 163.485 | -61.480 | 101.835 | 136.945 | -35.110 |
| Pernambuco | 164.872 | 280.289 | -115.417 | 162.448 | 241.823 | -79.375 |
| Alagoas | 55.967 | 127.949 | -71.982 | 59.108 | 140.380 | -81.272 |
| Sergipe | 52.109 | 56.931 | -4.822 | 56.497 | 51.296 | 5.201 |
| Bahia | 250.572 | 518.038 | -267.466 | 250.848 | 495.386 | -244.538 |

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000 e 2010

A Tabela 8 traz resultados interessantes sobre a dinâmica migratória interna do Nordeste. Observando os fluxos que as áreas de cada estado realizam entre si, nota-se, entre 1995-2000 e 2005-2010, a redução da migração Interior-RM ou Interior-Áreas de Capitais, resultando na diminuição do saldo negativo, com exceção apenas de Sergipe, cujo saldo negativo passou de 8.9 mil para 11 mil; e a Bahia, que de um saldo positivo de 6.7 mil pessoas, passou ao saldo negativo de 25 mil pessoas. Essas diminuições dos fluxos originados do interior para as áreas capitais estão possivelmente influenciadas tanto pelo aumento do emprego no setor de comércio e serviços do Interior, conforme Anexo 3 e 4, bem como pelo aumento da renda do trabalho naquelas regiões. A esse respeito vale ressaltar, com base no Anexo 2, a redução do diferencial de renda entre todas as áreas das UF nordestinas, comportamento que de alguma forma contribui para desencorajar a migração.

A redução dos fluxos acima destoa da dinâmica dentro de cada área das UF nordestinas. De fato, é de esperar que as trocas migratórias sejam mais intensas entre áreas mais próximas, mas no caso do Nordeste há que considerar o caráter desigual tanto do dinamismo econômico quanto dos recentes investimentos. Em Sergipe, por exemplo, a concentração no Vale do Cotin-guiba de todos os investimentos em extração mineral deve ser relacionada como uma das principais explicações tanto para a atração de migrantes internos, como também de migrantes interestaduais (OLIVEIRA, 2009).

Nas áreas metropolitanas, por sua vez, a dinâmica migratória está também relacionada com o processo de expansão urbana e, por conseguinte, da elevação do custo de vida, preço de imóveis e serviços. Tem-se, portanto, dois fatores explicativos: i) A busca por custo de vida menor custo de vida em municípios vizinhos às Capitais, este movimento executado principalmente pela população que se encontra já nos estertores de sua vida laboral, e; ii) A vinda de jovens das áreas próximas das Capitais em busca de trabalho e educação.

Tabela 8 – Migração intra-estadual segundo Estado nordestino e dinâmica migratória interna das áreas, 1995-2000 e 2005-2010

| 1995-2000 | | | | 2005-2010 | | | |
|----------------------------------|-----------|-----------|---------|----------------------------------|-----------|-----------|---------|
| GRANDE SÃO LUIS | | | | GRANDE SÃO LUIS | | | |
| ÁREA | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | ÁREA | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO |
| Interior do Maranhão | 20.435 | 60.794 | -40.359 | Interior do Maranhão | 23.105 | 53.482 | -30.377 |
| Dinâmica no interior do Maranhão | 197.599 | | | Dinâmica no interior do Maranhão | 260.548 | | |
| Dinâmica na Grande São Luiz | 24.306 | | | Dinâmica na Grande São Luiz | 52.661 | | |

| GRANDE TERESINA | | | GRANDE TERESINA | | | | |
|--|-----------|--------|--------------------|--|---------|--------|---------|
| IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | | |
| Interior do Piauí | 10.711 | 22.313 | -11.602 | Interior do Piauí | 10.881 | 18.780 | -7.899 |
| Dinâmica no interior do Piauí | 50.982 | | | Dinâmica no interior do Piauí | 80.628 | | |
| Dinâmica na Grande Teresina | 9.358 | | | Dinâmica na Grande Teresina | 26.815 | | |
| RM DE FORTALEZA | | | RM DE FORTALEZA | | | | |
| IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | | |
| Interior do Ceará | 53.236 | 86.475 | -33.239 | Interior do Ceará | 60.686 | 78.568 | -17.882 |
| Dinâmica no interior do Ceará | 126.254 | | | Dinâmica no interior do Ceará | 208.016 | | |
| Dinâmica na RM de Fortaleza | 66.297 | | | Dinâmica na RM de Fortaleza | 123.017 | | |
| GRANDE NATAL | | | GRANDE NATAL | | | | |
| IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | | |
| Interior do Rio G do Norte | 28.706 | 39.290 | -10.584 | Interior do Rio G do Norte | 37.743 | 39.992 | -2.249 |
| Dinâmica no interior do Rio G do Norte | 73.803 | | | Dinâmica no interior do Rio G do Norte | 108.317 | | |
| Dinâmica na Grande Natal | 21.905 | | | Dinâmica na Grande Natal | 49.584 | | |
| GRANDE JOÃO PESSOA | | | GRANDE JOÃO PESSOA | | | | |
| IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | | |
| Interior da Paraíba | 14.511 | 35.129 | -20.618 | Interior da Paraíba | 15.823 | 27.493 | -11.670 |
| Dinâmica no interior do Paraíba | 78.423 | | | Dinâmica no interior do Paraíba | 114.632 | | |
| Dinâmica na Grande João Pessoa | 18.074 | | | Dinâmica na Grande João Pessoa | 40.936 | | |
| RM DE RECIFE | | | RM DE RECIFE | | | | |
| IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | | |
| Interior de Pernambuco | 33.774 | 58.088 | -24.314 | Interior de Pernambuco | 42.018 | 50.470 | -8.452 |
| Dinâmica no interior de Pernambuco | 152.527 | | | Dinâmica no interior de Pernambuco | 254.197 | | |
| Dinâmica na RM de Recife | 131.102 | | | Dinâmica na RM de Recife | 192.342 | | |
| GRANDE MACEIÓ | | | GRANDE MACEIÓ | | | | |
| IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | | |
| Interior de Alagoas | 15.819 | 41.433 | -25.614 | Interior de Alagoas | 19.534 | 28.554 | -9.020 |
| Dinâmica no interior do Alagoas | 69.734 | | | Dinâmica no interior do Alagoas | 96.236 | | |
| Dinâmica na Grande Maceió | 13.265 | | | Dinâmica na Grande Maceió | 37.029 | | |
| GRANDE ARACAJU | | | GRANDE ARACAJU | | | | |
| IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | | |
| Interior de Sergipe | 12.126 | 21.084 | -8.958 | Interior de Sergipe | 12.247 | 23.278 | -11.031 |
| Dinâmica no interior de Sergipe | 34.656 | | | Dinâmica no interior de Sergipe | 54.545 | | |
| Dinâmica na Grande Aracaju | 29.252 | | | Dinâmica na Grande Aracaju | 41.766 | | |
| RM DE SALVADOR | | | RM DE SALVADOR | | | | |
| IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | IMIGRANTE | EMIGRANTE | SALDO | | |
| Interior da Bahia | 86.445 | 79.731 | 6.714 | Interior da Bahia | 60.199 | 85.562 | -25.363 |
| Dinâmica no interior da Bahia | 383.948 | | | Dinâmica no interior da Bahia | 525.323 | | |
| Dinâmica na RM de Salvador | 70.935 | | | Dinâmica na RM de Salvador | 185.028 | | |

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE

Na Tabela 9 pode-se observar a composição dos fluxos de imigração em função da origem ter sido no recorte complementar da própria UF (da área

metropolitana da capital para o interior ou vice-versa), em outras UFs do Nordeste ou em UFs de fora do Nordeste.

De modo geral, a região do interior dos estados recebe predominantemente imigrantes vindos de fora do Nordeste, com exceção do Rio Grande do Norte, cujo interior foi tributário principalmente de migrantes vindos da área da capital nos dois períodos, e de Sergipe, cujos municípios do interior receberam relativamente mais imigrantes de outras UFs do próprio Nordeste. As áreas que incluem as capitais, por sua vez, têm nos respectivos interiores a principal fonte de imigrantes, não importa o período analisado. Cabe destacar, por um lado, as altas proporções de imigrantes vindos do interior do Maranhão na Microrregião de São Luís (74% e 69% em cada um dos respectivos períodos) e, por outro, as menores proporções com origem similar encontradas na microrregião de Teresina (40% nos dois períodos). As mudanças mais expressivas entre os períodos analisados ocorreram no Ceará, onde o interior e a mesorregião de Fortaleza passaram a trocar mais migrantes entre si no período 2005-2010, e na microrregião de João Pessoa, a qual recebeu relativamente muito mais migrantes de fora da Paraíba no último período, assim como ocorreu na microrregião de Maceió, que registrou mais migrantes de fora de Alagoas do que observado no período 1995-2000.

Tabela 9 – Composição proporcional dos fluxos de imigração dos recortes territoriais das capitais e dos respectivos interiores dos estados com relação à origem dos fluxos, 1995-2000 e 2005-2010

| ÁREA DE RESIDÊNCIA | 1995-2000 | | | | 2005-2010 | | | |
|--------------------|----------------|------|------|-------|----------------|------|------|-------|
| | ÁREA DE ORIGEM | | | | ÁREA DE ORIGEM | | | |
| | ACUF* | NE | FORA | TOTAL | ACUF* | NE | FORA | TOTAL |
| MA interior | 20,4 | 23,6 | 56,0 | 100,0 | 19,6 | 20,1 | 60,3 | 100,0 |
| Micro São Luís | 74,2 | 7,5 | 18,2 | 100,0 | 69,4 | 10,7 | 20,0 | 100,0 |
| Pi interior | 16,1 | 34,4 | 49,5 | 100,0 | 17,7 | 30,5 | 51,9 | 100,0 |
| Micro Teresina | 40,3 | 36,3 | 23,4 | 100,0 | 40,3 | 35,3 | 24,4 | 100,0 |
| CE interior | 37,0 | 18,6 | 44,4 | 100,0 | 44,5 | 18,3 | 37,2 | 100,0 |
| Meso Fortaleza | 55,0 | 17,6 | 27,4 | 100,0 | 62,5 | 14,9 | 22,6 | 100,0 |
| RN interior | 42,5 | 28,5 | 28,9 | 100,0 | 48,6 | 27,8 | 23,5 | 100,0 |
| Micro Natal | 50,1 | 20,2 | 29,7 | 100,0 | 54,7 | 19,0 | 26,4 | 100,0 |
| PB interior | 16,8 | 33,8 | 49,4 | 100,0 | 19,2 | 34,6 | 46,3 | 100,0 |

| ÁREA DE RESIDÊNCIA | 1995-2000 | | | | 2005-2010 | | | |
|--------------------|----------------|------|------|-------|----------------|------|------|-------|
| | ÁREA DE ORIGEM | | | | ÁREA DE ORIGEM | | | |
| | ACUF* | NE | FORA | TOTAL | ACUF* | NE | FORA | TOTAL |
| Micro João Pessoa | 53,9 | 22,0 | 24,1 | 100,0 | 43,9 | 27,0 | 29,1 | 100,0 |
| PE interior | 24,2 | 36,3 | 39,5 | 100,0 | 28,4 | 36,5 | 35,0 | 100,0 |
| Meso Recife | 49,4 | 21,9 | 28,7 | 100,0 | 47,1 | 23,1 | 29,8 | 100,0 |
| AL interior | 32,6 | 34,5 | 32,9 | 100,0 | 35,9 | 31,3 | 32,8 | 100,0 |
| Micro Maceió | 64,0 | 19,1 | 16,8 | 100,0 | 54,1 | 25,5 | 20,3 | 100,0 |
| SE interior | 32,3 | 43,7 | 24,0 | 100,0 | 33,3 | 41,3 | 25,4 | 100,0 |
| Micro Aracaju | 44,1 | 38,8 | 17,0 | 100,0 | 42,2 | 38,0 | 19,9 | 100,0 |
| BA interior | 23,8 | 17,0 | 59,3 | 100,0 | 23,5 | 16,2 | 60,2 | 100,0 |
| Meso Salvador | 63,8 | 12,5 | 23,7 | 100,0 | 60,8 | 14,6 | 24,6 | 100,0 |

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000 e 2010

* Área complementar da UF

Fluxo Migratório de Retorno Interestadual para a Região Nordeste no Período 2000-2010

O retorno dos nordestinos que emigraram para outros Estados do Nordeste ou para o Sudeste do país, especialmente para os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, guarda marcante relação com a evolução do mercado de trabalho. Assim sendo, nessa seção procuramos caracterizar os fluxos migratórios de retorno para o Nordeste, traçar sua tendência nas últimas décadas, identificar a procedência e os destinos dos retornados, inclusive no contexto de sua Unidade da Federação (UF) de origem, e caracterizar sua participação no mercado de trabalho.

Tendência dos fluxos migratórios de retorno para a Região Nordeste nas quatro últimas décadas

A mudança nas características do movimento migratório brasileiro manifesta-se, a partir da década 1970-80, no redirecionamento dos fluxos migratórios interestaduais e na expressão que começaram a adquirir os fluxos de retorno

aos estados de nascimento, os quais se intensificaram significativamente a partir da década seguinte, como se pode observar na Tabela 10 e no Gráfico 1. Conforme Lyra (2003, 2008), reduzem-se os fluxos em direção às áreas tradicionalmente receptoras e de maior desenvolvimento, situadas no Sudeste do país, enquanto crescem os fluxos em direção às áreas tradicionalmente de maior evasão e menor dinamismo econômico, especialmente a região Nordeste.

Tabela 10 – Evolução dos fluxos migratórios de retorno interestaduais (1) para a região Nordeste segundo locais de última procedência no Brasil, 1970-1980 a 2000-2010

| GRANDES REGIÕES E UF DE ÚLTIMA PROCEDÊNCIA | PERCENTAGEM DOS MIGRANTES DE RETORNO INTERESTADUAIS PARA A REGIÃO NORDESTE DE RESIDÊNCIA | | | | | | | | DIFERENÇAS PERCENTUAIS | | |
|--|---|--------------|----------------|--------------|------------------|--------------|----------------|--------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 1970-1980 | | 1981-1991 | | 1990-2000 | | 2000-2010 | | 1970-1980/ 1981-1991 | 1981-1991/ 1990-2000 | 1990-2000/ 2000-2010 |
| | VOLUME | % | VOLUME | % | VOLUME | % | VOLUME | % | | | |
| NORTE | 12.753 | 3,6 | 85.656 | 9,1 | 95.636 | 8,9 | 75.789 | 8,6 | 571,7 | 11,7 | -20,8 |
| Maranhão | 14.103 | 4,0 | 35.916 | 3,8 | 29.685 | 2,8 | 19.997 | 2,3 | 154,7 | -17,3 | -32,6 |
| Piauí | 12.385 | 3,5 | 23.087 | 2,5 | 28.515 | 2,7 | 20.262 | 2,3 | 86,4 | 23,5 | -28,9 |
| Ceará | 13.770 | 3,9 | 25.810 | 2,7 | 30.321 | 2,8 | 24.842 | 2,8 | 87,4 | 17,5 | -18,1 |
| Rio Grande do Norte | 9.545 | 2,7 | 22.968 | 2,4 | 21.290 | 2,0 | 17.535 | 2,0 | 140,6 | -7,3 | -17,6 |
| Paraíba | 16.901 | 4,8 | 27.797 | 3,0 | 31.681 | 3,0 | 26.196 | 3,0 | 64,5 | 14,0 | -17,3 |
| Pernambuco | 26.201 | 7,4 | 50.082 | 5,3 | 59.329 | 5,5 | 46.982 | 5,3 | 91,1 | 18,5 | -20,8 |
| Alagoas | 14.154 | 4,0 | 24.593 | 2,6 | 28.536 | 2,7 | 20.509 | 2,3 | 73,8 | 16,0 | -28,1 |
| Sergipe | 5.968 | 1,7 | 15.310 | 1,6 | 19.501 | 1,8 | 17.276 | 2,0 | 156,5 | 27,4 | -11,4 |
| Bahia | 23.773 | 6,7 | 55.493 | 5,9 | 45.979 | 4,3 | 41.052 | 4,7 | 133,4 | -17,1 | -10,7 |
| NORDESTE | 136.800 | 38,6 | 281.056 | 29,9 | 294.837 | 27,5 | 234.651 | 26,7 | 105,5 | 4,9 | -20,4 |
| Minas Gerais | 10.917 | 3,1 | 23.888 | 2,5 | 28.285 | 2,6 | 32.186 | 3,7 | 118,8 | 18,4 | 13,8 |
| Espírito Santo | 2.814 | 0,8 | 9.221 | 1,0 | 14.673 | 1,4 | 13.498 | 1,5 | 227,7 | 59,1 | -8,0 |
| Rio de Janeiro | 45.867 | 12,9 | 110.680 | 11,8 | 99.618 | 9,3 | 82.585 | 9,4 | 141,3 | -10,0 | -17,1 |
| São Paulo | 107.093 | 30,2 | 338.159 | 36,0 | 428.013 | 39,9 | 336.691 | 38,2 | 215,8 | 26,6 | -21,3 |
| SUDESTE | 166.691 | 47,0 | 481.948 | 51,3 | 570.589 | 53,2 | 464.960 | 52,8 | 189,1 | 18,4 | -18,5 |
| SUL | 9.844 | 2,8 | 10.642 | 1,1 | 18.525 | 1,7 | 18.025 | 2,0 | 8,1 | 74,1 | -2,7 |
| CENTRO-OESTE | 28.479 | 8,0 | 80.879 | 8,6 | 92.038 | 8,6 | 87.033 | 9,9 | 184,0 | 13,8 | -5,4 |
| TOTAL | 354.567 | 100,0 | 940.181 | 100,0 | 1.071.625 | 100,0 | 880.458 | 100,0 | 165,2 | 14,0 | -17,8 |

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2000 a 2010

O fluxo migratório de retorno para o Nordeste adquire maior expressão na década de 1980, não somente porque cresce 165,2% em relação ao fluxo de retorno da década anterior, mas por envolver um volume de mais de 940 mil retornados, evidenciando o fenômeno no contexto nacional. Como apontam Cunha e Baeninger (2000, 2005) e Lyra (2003), o impacto da crise econômica que se instala no país desde meados da década de 1970,

especialmente no mercado de trabalho do Sudeste – destino principal dos fluxos migratórios nordestinos - contribuiu significativamente para o aumento da migração de retorno para a região Nordeste. Mais da metade deste fluxo de retorno na década de 1981-91 procede do Sudeste (482 mil retornados), oriundos, na sua maioria, do Estado de São Paulo (338 mil).

Vale destacar o movimento de retorno que se observa entre as Unidades da Federação (UF) da própria Região Nordeste, que cresce 105,5% entre as décadas 1970-80 e 1981-91, envolvendo mais de 280 mil retornados. (Tabela 10 e Gráficos 1 e 2, baseados na referida tabela). A Região Norte, por sua vez, com menos de 10% do total do fluxo de migrantes de retorno para o Nordeste, se destaca pelo acréscimo em 571,7% do seu fluxo de retornados para aquela região, em relação à década anterior. O Maranhão absorve grande parte desse fluxo de retorno, atraído pela expansão industrial do Estado, oriundo da indústria extrativa mineral (15,9% a.a.) e da construção civil (14,6% a.a.), refletindo a forte concentração de investimentos públicos e privados envolvidos na instalação dos grandes projetos - Companhia Vale do Rio Doce e Alumar. (HOLANDA, 2008).

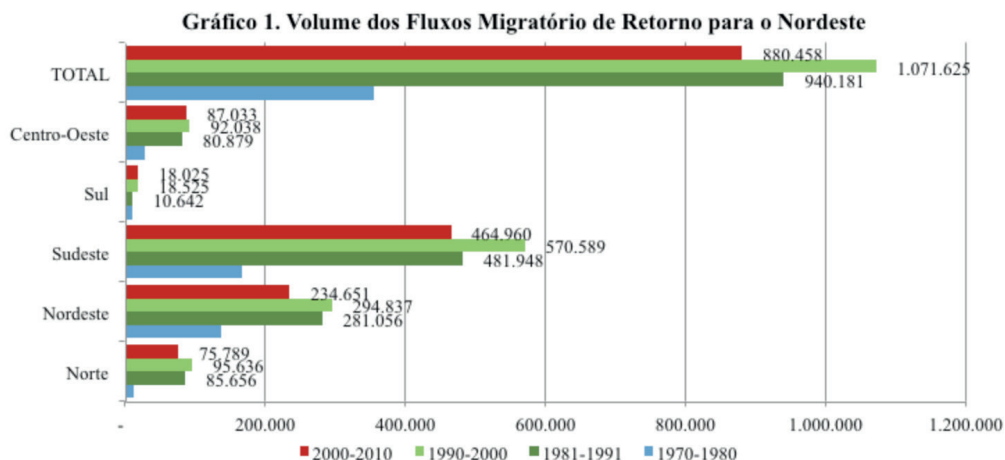
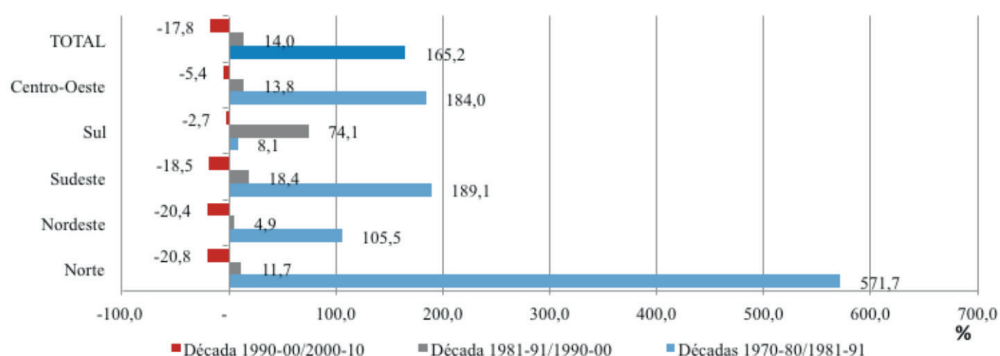


Gráfico 2. Diferença Percentual dos Fluxos Migratórios de Retorno para o Nordeste

Na década de 1990, a migração de retorno se intensifica, crescendo 14% em relação ao decênio anterior e ampliando o volume de retornados para mais de 1 milhão. Já na última década de 2000, os fluxos de migração de retorno interestaduais dos diversos Estados do país para a região Nordeste, reduzem seu crescimento em -17,8% em relação à década de 1990. Nesse período, todas as UF, à exceção do Estado de Minas Gerais, bem como todas as regiões do país, apresentam redução do fluxo de retorno para o Nordeste.

É o Sudeste quem mais contribui para o incremento do fluxo de migrantes de retorno para o Nordeste na década de 1990, com 571 mil retornados, bem como para a redução desse fluxo (465 mil), na década seguinte, mantendo a sua participação no fluxo total de retorno para o Nordeste, em ambas as décadas, em torno de 53%. O Estado de São Paulo, que historicamente alimenta este fluxo de retornados com cerca de 3/4 do fluxo procedente do Sudeste, reduz sua participação de 40% para 38% no total dos migrantes de retorno nordestinos.

Tal redução se dá em um momento de crescimento econômico do Nordeste, ou mais precisamente, de alguns estados nordestinos que se destacam no contexto da região. Dados do Ministério do Trabalho apontam para um crescimento da criação de empregos formais de 10,1% no Estado do Maranhão e de 9,6% no Estado de Pernambuco (jun/2010-jun/2011). Nesse mesmo período, a criação desses empregos no Nordeste e no Brasil cresce a 6,9% e 6,2%, respectivamente. O Estado do Maranhão cuja dinâmica econômica tem no setor exportador um dos vetores impulsionadores desse crescimento, tem como principais componentes de exportação os produtos de ferro e de alumínio, além de soja em grão. (MARANHÃO, 2011) Em Pernambuco, o notável impacto do Complexo Industrial Portuário de Suape contribuiu para elevar o crescimento econômico do Estado, com reflexo

no PIB estadual que, atingiu 9,3%, em 2010, superando a média regional de 8,3% e a média nacional de 7,5%, e bem acima do PIB apresentado no mesmo período do ano anterior, quando atingiu 5,2% em função dos reflexos da crise econômica internacional⁵.

O detalhamento da procedência e destino dos fluxos de retorno para o Nordeste, apresentado a seguir.

Procedência e destino dos migrantes de retorno para o Nordeste no período 2000-2010

O destaque do estado de São Paulo como origem de migrantes de retorno para a Bahia (52,8%), Alagoas (43,3%) e Pernambuco (42,6%), bem como dos fluxos de retornados do Rio de Janeiro que se destinam a Paraíba (23,4%), Rio Grande do Norte (14,9%) e Ceará (13,5%), evidenciam a vinculação desses espaços de troca migratória e a existência de redes sociais formadas ao longo do tempo, que, como afirmam Fusco e Duarte (2010, p.9),

Constituem um fator importante de direcionamento para os coletivos que, desenraizados, decidem por destinos que proporcionem precisos recursos que lhes facilitam a acomodação dos migrantes em seu novo destino: um local de acolhimento temporário, informações sobre emprego e habitação, por exemplo, são alguns dos benefícios que um migrante considera em sua escolha.

No contexto interno da própria região, predominam os fluxos de migração de retorno interestaduais dos estados nordestinos receptores de população para seus estados vizinhos. É o caso dos retornados de Pernambuco, com destino a Paraíba (14,3%) e Alagoas (17,1%); dos migrantes de retorno da Bahia com destino a Sergipe (31,2%) e Pernambuco (10,3%); aqueles que retornam do Maranhão, com destino ao Piauí (15,6%) e os retornados do Ceará com destino ao Rio Grande do Norte (9,5%). Nesse caso, demonstram a atração que as aglomerações urbanas de maior porte exercem sobre as populações dos estados vizinhos (além, é claro, dos habitantes do interior dos respectivos estados) sobre as pessoas que decidem emigrar (FUSCO; DUARTE, 2010) (Tabela 11).

5 Divulgado ontem pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem) em <http://www.folhape.com.br/index.php/caderno-economia/624306-pib-do-estado-fica-em-93-em-2010>

Tabela 11

| Grandes regiões e UFs de última procedência | | Porcentagem dos migrantes de retorno interestaduais para os estados nordestinos de residência atual | | | | | | | | | | NORDESTE | |
|---|--|---|-------------|-------------|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------|-------------|--|
| | | Maranhão | Piauí | Ceará | Rio Grande do Norte | Paraíba | Pernambuco | Alagoas | Sergipe | Bahia | Abs. | % | |
| NORTE | | 43,1 | 7,1 | 9,9 | 5,1 | 2,6 | 3,4 | 1,8 | 2,0 | 2,6 | 75.789 | 8,6 | |
| Maranhão | | 0 | 15,6 | 3,7 | 1,2 | 1,1 | 1,1 | 0,6 | 0,8 | 0,4 | 19.997 | 2,3 | |
| Piauí | | 9,9 | 0 | 4,4 | 0,4 | 0,8 | 1,4 | 0,1 | 0,2 | 1,0 | 20.262 | 2,3 | |
| Ceará | | 3,0 | 0 | 0 | 9,5 | 3,3 | 4,3 | 1,6 | 0,5 | 1,2 | 24.842 | 2,8 | |
| Rio Grande do Norte | | 0,4 | 0,5 | 3,6 | 0 | 8,3 | 2,1 | 0,9 | 0,6 | 0,5 | 17.535 | 2,0 | |
| Paraíba | | 0,8 | 0,5 | 2,8 | 13,0 | 0 | 9,0 | 1,2 | 0,6 | 0,8 | 26.196 | 3,0 | |
| Pernambuco | | 1,4 | 3,8 | 5,4 | 6,9 | 14,3 | 0 | 17,1 | 3,0 | 4,2 | 46.982 | 5,3 | |
| Alagoas | | 0,1 | 0,2 | 0,7 | 1,3 | 1,0 | 8,7 | 0 | 9,6 | 1,1 | 20.509 | 2,3 | |
| Sergipe | | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,8 | 0,4 | 1,2 | 9,0 | 0 | 4,1 | 17.276 | 2,0 | |
| Bahia | | 1,5 | 2,7 | 4,2 | 2,7 | 3,0 | 10,3 | 6,8 | 31,2 | 0 | 41.052 | 4,7 | |
| NORDESTE | | 17,5 | 29,9 | 25,2 | 35,7 | 32,3 | 38,1 | 37,4 | 46,6 | 13,3 | 234.651 | 26,7 | |
| Minas Gerais | | 2,4 | 2,2 | 2,7 | 3,1 | 1,2 | 2,2 | 3,2 | 2,9 | 7,4 | 32.186 | 3,7 | |
| Espírito Santo | | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 0,5 | 0,2 | 0,4 | 0,6 | 0,4 | 5,0 | 13.498 | 1,5 | |
| Rio de Janeiro | | 4,2 | 3,2 | 13,5 | 14,9 | 23,4 | 7,0 | 4,9 | 7,9 | 7,0 | 82.585 | 9,4 | |
| São Paulo | | 12,2 | 35,8 | 36,3 | 28,9 | 32,0 | 42,6 | 43,3 | 34,0 | 52,8 | 336.691 | 38,2 | |
| SUDESTE | | 18,9 | 41,3 | 53,0 | 47,4 | 56,8 | 52,2 | 52,1 | 45,3 | 72,2 | 464.960 | 52,8 | |
| SUL | | 1,5 | 1,4 | 2,5 | 2,8 | 1,7 | 2,0 | 2,2 | 2,0 | 2,2 | 18.025 | 2,0 | |
| CENTRO OESTE | | 18,9 | 20,3 | 9,4 | 9,1 | 6,6 | 4,4 | 6,5 | 4,2 | 9,7 | 87.033 | 9,9 | |
| Total | | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | 100,0 | |
| Abs. | | 96.607 | 68.354 | 124.781 | 50.887 | 91.154 | 138.566 | 54.099 | 33.472 | 222.538 | 880.458 | | |
| % | | 11,0 | 7,8 | 14,2 | 5,8 | 10,3 | 15,8 | 6,1 | 3,8 | 25,3 | 100,0 | | |

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2010

segundo UFs de residência anterior e UF atual diferente da UF anterior. Exclui-se os Ignorados, Não sabe a UF e País estrangeiro.

Os espaços nordestinos de maior receptividade dos retornados

Na perspectiva de destacar a expressividade dos espaços do território nordestino de maior receptividade dos retornados, a Tabela 12 identifica os espaços intraestaduais no movimento de ida para o interior do Estado ou para a Região Metropolitana ou Microrregião da capital, bem como o retorno ao município de origem, ou a outro município de sua UF de residência.

No quadro do território nordestino, constata-se que ao retornarem os migrantes dirigem-se, na sua maioria, para os municípios de origem (58,5%). Comparando esse resultado com os das três regiões metropolitanas, o Estado do Ceará destacou-se com 64,7%, bem acima da sua região, seguidos da Bahia 56,9% e Pernambuco 55,7%. (Tabela 12).

As três regiões metropolitanas do Nordeste, apresentam uma proporção praticamente equivalentes, em torno de 50%, daqueles que se dirigiram para os municípios de origem e aqueles que foram para outros municípios que não de nascimento. Exceto a Região Metropolitana de Fortaleza, onde os maiores volumes de retornados são encontrados no município de origem (51,8%), embora seja a metrópole que apresenta a maior taxa de participação dos retornados no mercado de trabalho (72,3%). Nas RM's de Salvador e Recife, os volumes dos retornados apresentam uma pequena vantagem percentual para os municípios de não-origem. O surgimento de polos econômicos tem evidenciado a tendência de crescimento de localidades com potencial de atração populacional, no interior dessas regiões. Observa-se no detalhamento da microrregião de Suape, em Pernambuco, que cerca de 60% dos retornados não tiveram como destino seus municípios de origem, o que pode indicar a atração dos empregos do Complexo Industrial Portuário de Suape sobre este fluxo migratório. Contudo, a taxa de participação dos retornados no mercado de trabalho da RM de Recife é a menor das metrópoles nordestinas (69,7%).

| Tabela 12 | | | | | | |
|---|---|-------|------------|------------|-------|---|
| Fluxos migratórios de retorno interestaduais para os Estados nordestinos de residência atual. 2000-2010 | | | | | | |
| Estados e regiões selecionadas | Migrantes de retorno interestaduais do Nordeste | | | | | Taxa de participação no mercado de trabalho (3) (%) |
| | Volume | % | Origem (1) | Outros (2) | % | |
| Interior | 76.754 | 79,4 | 53,1 | 46,9 | 100,0 | 61,62 |
| Grande São Luís | 19.853 | 20,6 | 44,9 | 55,1 | 100,0 | 72,17 |
| Maranhão | 96.607 | 100,0 | 51,6 | 48,4 | 100,0 | 63,54 |
| Interior do Piauí | 46.454 | 68,0 | 71,9 | 28,1 | 100,0 | 59,61 |
| Grande Teresina | 21.900 | 32,0 | 56,6 | 43,4 | 100,0 | 73,94 |
| Piauí | 68.354 | 100,0 | 67,3 | 32,7 | 100,0 | 64,04 |
| Interior | 83.324 | 66,8 | 70,2 | 29,8 | 100,0 | 61,45 |
| RM Fortaleza | 41.457 | 33,2 | 51,8 | 48,2 | 100,0 | 72,29 |
| Ceará | 124.781 | 100,0 | 64,7 | 35,3 | 100,0 | 64,74 |
| Interior | 28.670 | 56,3 | 57,6 | 42,4 | 100,0 | 58,62 |
| Grande Natal | 22.217 | 43,7 | 43,8 | 56,2 | 100,0 | 68,13 |
| Rio Grande do Norte | 50.887 | 100,0 | 52,6 | 47,4 | 100,0 | 62,32 |
| Interior | 65.815 | 72,2 | 70,4 | 29,6 | 100,0 | 57,20 |
| Grande João Pessoa | 25.339 | 27,8 | 40,9 | 59,1 | 100,0 | 68,77 |
| Paraíba | 91.154 | 100,0 | 62,8 | 37,2 | 100,0 | 60,04 |
| Interior | 77.893 | 56,2 | 59,8 | 40,2 | 100,0 | 60,20 |
| RM Recife | 60.673 | 43,8 | 48,7 | 51,3 | 100,0 | 69,69 |
| Pernambuco | 138.566 | 100,0 | 55,7 | 44,3 | 100,0 | 63,45 |
| Interior | 33.426 | 61,8 | 61,6 | 38,4 | 100,0 | 51,80 |
| Grande Maceió | 20.673 | 38,2 | 55,2 | 44,8 | 100,0 | 66,53 |
| Alagoas | 54.099 | 100,0 | 59,4 | 40,6 | 100,0 | 57,02 |
| Interior | 15.485 | 46,3 | 68,3 | 31,7 | 100,0 | 60,49 |
| Grande Aracaju | 17.987 | 53,7 | 48,1 | 51,9 | 100,0 | 70,65 |
| Sergipe | 33.472 | 100,0 | 59,2 | 40,8 | 100,0 | 64,99 |
| Interior | 176.397 | 79,3 | 58,8 | 41,2 | 100,0 | 65,16 |
| RM Salvador | 46.141 | 20,7 | 48,6 | 51,4 | 100,0 | 71,60 |
| Bahía | 222.538 | 100,0 | 56,9 | 43,1 | 100,0 | 66,31 |
| NORDESTE | 880.458 | | 58,5 | 41,5 | 100,0 | 63,67 |

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2010

Chamadas: (1) Migrantes de retorno para a origem correspondem aos retornados para o município de nascimento; (2) Migrantes de retorno para "outros" correspondem aos retornados para outros município da UF de residência; (3) Taxa de participação no mercado de trabalho são os migrantes de retorno que estão trabalhando ou procurando emprego pelos migrantes de retorno em idade ativa de 15 a 69 anos.

Algumas microrregiões onde de inserem as capitais dos Estados, invertiram as suas participações relativas de migração de retorno para a origem em relação ao interior do Estado. As microrregiões de João Pessoa, Natal, Aglomeração Urbana de São Luís e Aracaju, apresentaram-se mais expressivos em relação ao fluxo de migrantes de retorno que se dirigiram para outros municípios. Na medida em que a decisão de migrar pode está associada às oportunidades de trabalho, o retorno a “outros” municípios da própria UF, pode expressar incremento do fluxo dos migrantes de retorno atraídos pela dinâmica da econômica do local de destino.

Os maiores volumes de retornados para os municípios de origem foram apresentados pelo Piauí, Paraíba e Ceará, que participaram com percentuais acima de 70%. Isto possivelmente refletiu uma intensificação do ingresso, na região, de grupos familiares de migrantes nordestinos que retornaram ao seu Estado de nascimento, trazendo cônjuges, filhos e outros agregados, oriundos dos Estados de procedência. O retorno ao município de origem é considerado como retorno à “residência base” na perspectiva de Domenach e Picouet (1990) uma vez que reforça a condição de primeira residência, da residência do local de nascimento, quando os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno mais elevada.

Trabalho e família constituem-se duas questões chaves para o processo de migração de retorno. Este entendimento é reforçado por Scott (1984), que destaca entre as razões mais fortes que fazem com que tantos migrantes voltem a enfrentar as mesmas condições que deixaram: a exclusão da maioria dos migrantes de retorno da força de trabalho ocupada durante a sua estada fora; e a família, mais especificamente, a unidade doméstica, pela qual o migrante sente ligação e que se constitui como o seu veículo de sobrevivência na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração no Nordeste, pelos elementos acima apresentados, apresenta um interessante campo de pesquisa social. A recente dinâmica evidenciou a manutenção do Sudeste, especialmente São Paulo, como o principal destino dos migrantes inter-regionais. No entanto, dentro da própria região nordestina o recente dinamismo econômico, a influência das políticas públicas de transferência de renda parecem ter influência na decisão de migrar. A retomada da busca pelos grandes centros, o retorno à região e a intensificação da

migração entre as grandes áreas de cada UF devem agora ser explicadas sob a luz dos elementos, novos e outros nem tanto, trazidos resumidamente aqui.

No âmbito dos domicílios, observa-se que a renda do trabalho perde importância relativa para as rendas de transferências. A maior autonomia dos municípios em contratar mão-de-obra, a redução no diferencial regional de renda e a expansão do setor de comércio e serviços são fatores que merecem sempre consideração em estudos migratórios. Por outro lado, vale ressaltar ainda a penúria vivida pelos ocupados no setor primário nordestino, atividade que ocupa quase 40% dos trabalhadores do interior, mas que ainda não recebe a atenção suficiente para atenuar o profundo e quase inalterado nível de desigualdade regional.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto Rodrigues. Descentralização fiscal: revendo ideias. 1994. Disponível em <www.bndes.gov.br/clientes/federativo/bf_bancos/e0000292.pdf> Acesso em: 26 set. 2008.
- ANDRADE, Manoel Correa de. A terra e o Homem no Nordeste. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 4ª Ed. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1998
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COELHO, Jorge. As secas do Nordeste e a indústria das secas. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CUNHA, José M. P. e BAENINGER, R. A. Cenários da migração no Brasil dos anos 90. In: Caderno CRH, v. 18, n. 43, p. 87-101, Jan./Abr. 2005.
- _____. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Taller nacional sobre Migração interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas. Celade/BID/Cepal, 2007. Disponível em: <www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008.
- DOMENACH, Hervé; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad em El estudio de la migración In Notas de Poblacion. Santiago do Chile, CELADE, 1990, no. 49
- FUSCO, Wilson; DUARTE, Renato. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes In XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú- MG – Brasil, 2010
- GOMES, Gustavo. M. Velhas secas em novos sertões: Continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

HALKKERT, Ralph; MARTINE, George. Tendência migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. Taller nacional sobre Migração interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas. Celade/BID/Cepal, 2007. Disponível em: < www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008.

HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos In Cadernos IMESC, 4. São Luís: IMESC, 2008. 42 p.

IBGE. Contas nacionais trimestrais. Indicadores de volume e valores correntes, 2011

LYRA, Maria Rejane S. B. O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo - Pernambuco. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas (SP), 2003

_____ Fluxo migratório para a Região Metropolitana do Recife no período 1990-2000. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles/IPPUR-UFRJ, 2008 [<http://web.observatoriodasmetrosoles.net/>]

OLIVEIRA, Kleber. Fernandes de. Demografia da pobreza em Sergipe: Migração, renda e informações municipais a partir de 1980. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de doutoramento). IFCH, Departamento de Demografia, 2009.

SCOTT, Russel Parry. Migrações interregionais e estratégias domésticas. Relatório de Pesquisa. Recife, UFPE, 1984.

VILLA, Marco. A. Vida e morte no sertão: Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

| Anexo I: Distribuição setorial do ocupados, segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010 | | | | | | | | | | | |
|---|--------------------------------------|-----------|---------------------|-----------------------|-----------------|--------------------------------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------|-----------------|--|
| Área | 2000 | | | | | | 2010 | | | | |
| | Distribuição dos ocupados (%) | | | | | | Distribuição dos ocupados (%) | | | | |
| | Agricultura, pecuária e silvicultura | Indústria | Comércio e serviços | Administração pública | Outros serviços | Agricultura, pecuária e silvicultura | Indústria | Comércio e serviços | Administração pública | Outros serviços | |
| Interior do Maranhão | 54,3 | 10,3 | 18,6 | 10,0 | 6,8 | 42,1 | 13,2 | 23,2 | 14,2 | 7,3 | |
| Grande São Luis | 4,6 | 18,0 | 41,3 | 20,9 | 15,2 | 3,4 | 19,7 | 42,8 | 20,6 | 13,5 | |
| Interior do Piauí | 49,9 | 12,4 | 18,7 | 12,0 | 7,0 | 41,4 | 14,0 | 21,0 | 15,8 | 7,8 | |
| Grande Teresina | 12,4 | 18,6 | 35,1 | 20,8 | 13,1 | 9,5 | 17,9 | 37,9 | 22,1 | 12,6 | |
| Interior do Ceará | 44,2 | 15,1 | 20,5 | 12,1 | 8,1 | 36,7 | 17,1 | 23,5 | 14,7 | 8,1 | |
| RM Fortaleza | 3,7 | 25,4 | 41,2 | 16,1 | 13,6 | 2,8 | 26,3 | 42,3 | 16,7 | 11,9 | |
| Interior do R G do Norte | 33,4 | 16,3 | 23,7 | 17,2 | 9,3 | 26,0 | 19,5 | 28,1 | 17,9 | 8,5 | |
| Grande Natal | 2,1 | 18,9 | 43,0 | 23,0 | 12,9 | 1,2 | 19,4 | 44,7 | 23,7 | 11,0 | |
| Interior da Paraíba | 40,6 | 14,3 | 22,0 | 14,9 | 8,2 | 34,8 | 16,1 | 24,3 | 17,3 | 7,5 | |
| Grande João Pessoa | 3,8 | 19,4 | 39,2 | 24,2 | 13,5 | 2,7 | 19,4 | 39,7 | 25,6 | 12,6 | |
| Interior de Pernambuco | 42,3 | 14,8 | 23,6 | 11,6 | 7,7 | 35,7 | 18,9 | 24,5 | 13,9 | 7,1 | |
| RM Recife | 2,0 | 18,8 | 45,7 | 19,5 | 14,0 | 2,0 | 18,7 | 46,5 | 20,7 | 12,2 | |
| Interior de Alagoas | 52,7 | 10,2 | 17,5 | 12,7 | 7,0 | 43,5 | 13,6 | 20,7 | 15,5 | 6,6 | |
| Grande Maceió | 5,0 | 16,7 | 41,3 | 22,7 | 14,3 | 3,1 | 18,0 | 42,4 | 22,6 | 13,9 | |
| Interior de Sergipe | 42,1 | 14,5 | 22,4 | 13,1 | 7,8 | 39,2 | 16,9 | 22,2 | 14,7 | 6,9 | |
| Grande Aracaju | 2,8 | 18,2 | 42,4 | 23,0 | 13,6 | 2,8 | 18,5 | 42,7 | 23,7 | 12,4 | |
| Interior da Bahia | 42,1 | 13,2 | 23,9 | 12,0 | 8,9 | 37,0 | 14,7 | 25,5 | 14,2 | 8,5 | |
| RM Salvador | 1,4 | 19,4 | 44,8 | 19,0 | 15,3 | 6,4 | 20,3 | 41,3 | 19,2 | 12,8 | |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

Anexo 2: Renda média por setores de atividade, segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010

| Área | 2000 | | | | | | | | | | 2010 | | | | | Relação Áreas metropolitanas/Interior | | |
|--------------------------|--------------------------------------|-----------|---------------------|-----------------------|-----------------|---------------------------------|--------------------------------------|-----------|---------------------|-----------------------|--------|-----------------------|-----------------|---------------------|-----------|---------------------------------------|-----------------|------|
| | Renda por setor (Maio/2012=100) | | | | | Renda por setor (Maio/2012=100) | | | | | Total | Administração pública | Outros serviços | Comércio e serviços | Indústria | Agricultura, pecuária e silvicultura | | |
| | Agricultura, pecuária e silvicultura | Indústria | Comércio e serviços | Administração pública | Outros serviços | Total | Agricultura, pecuária e silvicultura | Indústria | Comércio e serviços | Administração pública | | | | | | | Outros serviços | |
| Interior do Maranhão | 311,40 | 596,22 | 865,44 | 779,22 | 282,59 | 541,46 | 389,62 | 725,19 | 916,16 | 1.016,41 | 353,94 | 711,16 | | | | | 2,13 | 1,88 |
| Grande São Luís | 639,92 | 1.058,36 | 1.250,95 | 1.643,24 | 474,20 | 1.155,33 | 776,68 | 1.152,49 | 1.258,39 | 2.227,03 | 589,22 | 1.339,63 | | | | | | |
| Interior do Piauí | 284,27 | 497,65 | 782,80 | 705,50 | 263,74 | 505,54 | 340,11 | 675,84 | 840,96 | 1.080,99 | 340,79 | 693,38 | | | | | 1,99 | 1,77 |
| Grande Teresina | 467,20 | 801,22 | 1.104,76 | 1.557,59 | 464,47 | 1.007,43 | 507,19 | 893,45 | 1.198,09 | 2.101,83 | 501,76 | 1.227,70 | | | | | | |
| Interior do Ceará | 301,06 | 465,19 | 785,86 | 742,39 | 267,14 | 526,00 | 329,40 | 572,43 | 786,31 | 991,41 | 314,01 | 629,57 | | | | | 2,23 | 2,00 |
| RM Fortaleza | 477,92 | 878,60 | 1.374,47 | 1.768,15 | 567,12 | 1.174,08 | 713,16 | 962,15 | 1.305,72 | 2.143,90 | 592,58 | 1.259,67 | | | | | | |
| Interior do R G do Norte | 411,98 | 624,32 | 880,99 | 739,21 | 331,98 | 644,78 | 446,57 | 801,73 | 886,82 | 1.108,80 | 404,15 | 799,78 | | | | | 2,13 | 1,92 |
| Grande Natal | 943,13 | 1.151,00 | 1.427,45 | 1.889,16 | 662,23 | 1.372,18 | 1.288,15 | 1.279,03 | 1.394,74 | 2.420,67 | 647,81 | 1.534,73 | | | | | | |
| Interior da Paraíba | 322,22 | 604,75 | 834,86 | 790,09 | 323,13 | 607,70 | 370,18 | 639,10 | 877,53 | 1.126,00 | 370,83 | 740,97 | | | | | 1,96 | 1,95 |
| Grande João Pessoa | 654,68 | 998,97 | 1.186,38 | 1.792,67 | 539,70 | 1.192,89 | 747,84 | 1.083,89 | 1.396,86 | 2.247,53 | 600,40 | 1.444,97 | | | | | | |
| Interior de Pernambuco | 391,58 | 668,84 | 924,30 | 834,19 | 377,84 | 662,17 | 462,62 | 706,16 | 900,36 | 1.153,97 | 418,74 | 756,24 | | | | | 2,02 | 1,82 |
| RM Recife | 866,69 | 1.214,88 | 1.397,69 | 1.858,27 | 644,25 | 1.337,40 | 884,54 | 1.264,62 | 1.317,59 | 2.100,35 | 581,03 | 1.376,42 | | | | | | |
| Interior de Alagoas | 352,07 | 679,20 | 792,19 | 691,35 | 296,06 | 546,46 | 415,29 | 737,11 | 805,03 | 991,19 | 367,85 | 691,85 | | | | | 2,24 | 1,91 |
| Grande Maceió | 1.128,03 | 1.099,32 | 1.255,19 | 1.735,16 | 490,45 | 1.222,23 | 950,90 | 1.089,01 | 1.240,21 | 2.172,60 | 539,93 | 1.322,56 | | | | | | |
| Interior de Sergipe | 329,44 | 519,44 | 709,29 | 684,84 | 307,52 | 512,14 | 355,34 | 659,24 | 796,50 | 1.073,71 | 354,90 | 656,04 | | | | | 2,52 | 2,28 |
| Grande Aracaju | 1.055,70 | 1.242,05 | 1.315,90 | 1.738,59 | 556,34 | 1.289,74 | 1.279,81 | 1.378,53 | 1.265,74 | 2.485,63 | 580,69 | 1.494,68 | | | | | | |
| Interior da Bahia | 393,91 | 684,12 | 942,14 | 860,43 | 337,44 | 650,44 | 440,75 | 761,12 | 951,09 | 1.915,79 | 388,72 | 774,50 | | | | | 2,12 | 1,77 |
| RM Salvador | 965,14 | 1.391,67 | 1.475,64 | 1.783,01 | 633,46 | 1.381,45 | 496,01 | 1.361,99 | 1.347,25 | 2.123,15 | 580,08 | 1.372,90 | | | | | | |

| Anexo 3: Taxa de desocupação segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010 | | | |
|--|---------------------|------|--|
| Área | Taxa de desocupação | | Variação percentual na taxa de desocupação (2010/2000) |
| | 2000 | 2010 | |
| Interior do Maranhão | 9,2 | 7,6 | -17,5 |
| Grande São Luis | 21,4 | 11,9 | -44,6 |
| Interior do Piauí | 8,1 | 7,0 | -12,8 |
| Grande Teresina | 15,5 | 9,3 | -39,7 |
| Interior do Ceará | 10,3 | 7,3 | -28,6 |
| RM Fortaleza | 17,2 | 8,2 | -52,7 |
| Interior do R G do Norte | 15,7 | 9,8 | -37,3 |
| Grande Natal | 17,9 | 10,1 | -43,5 |
| Interior da Paraíba | 12,3 | 7,9 | -35,8 |
| Grande João Pessoa | 19,5 | 10,3 | -47,2 |
| Interior de Pernambuco | 14,3 | 8,8 | -38,2 |
| RM Recife | 23,4 | 13,8 | -41,1 |
| Interior de Alagoas | 14,0 | 9,5 | -32,5 |
| Grande Maceió | 23,5 | 12,5 | -46,6 |
| Interior de Sergipe | 13,0 | 9,0 | -30,7 |
| Grande Aracaju | 22,0 | 11,9 | -46,0 |
| Interior da Bahia | 15,9 | 9,6 | -39,6 |
| RM Salvador | 25,2 | 13,5 | -46,4 |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010

| Anexo 4: Renda média por fontes, domiciliar e domiciliar per capita segundo grandes áreas das UF nordestinas, 2000 e 2010 | | | | | | | | | | | |
|---|------------|---------------------------------------|----------------|--------|------------|-----------------------|---------------------------------------|----------------|--------|------------|-----------------------|
| Área | | 2000 | | | | | 2010 | | | | |
| | | Renda média por fonte (Maio/2012=100) | | | | | Renda média por fonte (Maio/2012=100) | | | | |
| | | Trabalho | Transferências | Ativos | Domiciliar | Domiciliar per capita | Trabalho | Transferências | Ativos | Domiciliar | Domiciliar per capita |
| Interior do Maranhão | RS | 649,11 | 161,59 | 35,70 | 846,40 | 228,17 | 798,24 | 374,52 | 54,64 | 1.227,40 | 378,65 |
| | % do total | 76,7 | 19,1 | 4,2 | 100,0 | | 65,0 | 30,5 | 4,5 | 100,0 | |
| Grande São Luis | RS | 1.724,48 | 383,88 | 72,07 | 2.180,43 | 604,70 | 2.194,12 | 497,63 | 227,46 | 2.919,21 | 935,28 |
| | % do total | 79,1 | 17,6 | 3,3 | 100,0 | | 75,2 | 17,0 | 7,8 | 100,0 | |
| Interior do Piauí | RS | 595,17 | 225,54 | 32,95 | 853,66 | 241,27 | 740,46 | 449,32 | 55,98 | 1.245,76 | 412,90 |
| | % do total | 69,7 | 26,4 | 3,9 | 100,0 | | 59,4 | 36,1 | 4,5 | 100,0 | |
| Grande Teresina | RS | 1.536,10 | 405,75 | 97,29 | 2.039,14 | 559,12 | 1.974,70 | 579,54 | 228,42 | 2.782,66 | 904,76 |
| | % do total | 75,3 | 19,9 | 4,8 | 100,0 | | 71,0 | 20,8 | 8,2 | 100,0 | |
| Interior do Ceará | RS | 600,70 | 234,34 | 36,88 | 871,91 | 252,42 | 699,08 | 431,64 | 63,26 | 1.193,98 | 406,74 |
| | % do total | 68,9 | 26,9 | 4,2 | 100,0 | | 58,6 | 36,2 | 5,3 | 100,0 | |
| RM Fortaleza | RS | 1.733,56 | 465,46 | 91,07 | 2.290,09 | 668,69 | 1.982,99 | 532,83 | 230,30 | 2.746,12 | 956,41 |
| | % do total | 75,7 | 20,3 | 4,0 | 100,0 | | 72,2 | 19,4 | 8,4 | 100,0 | |
| Interior do R G do Norte | RS | 713,01 | 268,37 | 40,30 | 1.021,68 | 294,82 | 941,28 | 451,49 | 76,96 | 1.469,73 | 491,17 |
| | % do total | 69,8 | 26,3 | 3,9 | 100,0 | | 64,0 | 30,7 | 5,2 | 100,0 | |
| Grande Natal | RS | 2.060,03 | 669,85 | 117,18 | 2.847,06 | 853,82 | 2.431,92 | 804,63 | 309,73 | 3.546,28 | 1.269,87 |
| | % do total | 72,4 | 23,5 | 4,1 | 100,0 | | 68,6 | 22,7 | 8,7 | 100,0 | |
| Interior da Paraíba | RS | 678,63 | 269,02 | 36,58 | 984,23 | 297,93 | 827,06 | 471,68 | 74,93 | 1.373,67 | 473,96 |
| | % do total | 69,0 | 27,3 | 3,7 | 100,0 | | 60,2 | 34,3 | 5,5 | 100,0 | |
| Grande João Pessoa | RS | 1.707,99 | 581,66 | 91,96 | 2.381,62 | 721,06 | 2.165,70 | 676,29 | 301,84 | 3.143,83 | 1.133,81 |
| | % do total | 71,7 | 24,4 | 3,9 | 100,0 | | 68,9 | 21,5 | 9,6 | 100,0 | |
| Interior de Pernambuco | RS | 746,65 | 246,25 | 39,73 | 1.032,62 | 304,60 | 878,74 | 406,11 | 69,86 | 1.354,72 | 464,12 |
| | % do total | 72,3 | 23,8 | 3,8 | 100,0 | | 64,9 | 30,0 | 5,2 | 100,0 | |
| RM Recife | RS | 1.738,77 | 546,73 | 107,44 | 2.392,94 | 755,84 | 1.900,74 | 676,19 | 392,15 | 2.969,08 | 1.098,27 |
| | % do total | 72,7 | 22,8 | 4,5 | 100,0 | | 64,0 | 22,8 | 13,2 | 100,0 | |
| Interior de Alagoas | RS | 597,01 | 185,50 | 31,93 | 814,44 | 230,31 | 710,21 | 397,08 | 48,26 | 1.155,55 | 376,44 |
| | % do total | 73,3 | 22,8 | 3,9 | 100,0 | | 61,5 | 34,4 | 4,2 | 100,0 | |
| Grande Maceió | RS | 1.628,93 | 480,65 | 104,59 | 2.214,16 | 668,06 | 1.903,70 | 670,97 | 286,11 | 2.860,77 | 988,61 |
| | % do total | 73,6 | 21,7 | 4,7 | 100,0 | | 66,5 | 23,5 | 10,0 | 100,0 | |
| Interior de Sergipe | RS | 629,95 | 194,03 | 30,51 | 854,49 | 257,93 | 790,12 | 374,85 | 55,17 | 1.220,14 | 418,77 |
| | % do total | 73,7 | 22,7 | 3,6 | 100,0 | | 64,8 | 30,7 | 4,5 | 100,0 | |
| Grande Aracaju | RS | 1.797,35 | 532,44 | 102,96 | 2.432,75 | 723,92 | 2.214,02 | 718,72 | 336,13 | 3.268,87 | 1.165,80 |
| | % do total | 73,9 | 21,9 | 4,2 | 100,0 | | 67,7 | 22,0 | 10,3 | 100,0 | |
| Interior da Bahia | RS | 806,65 | 221,43 | 45,09 | 1.073,17 | 319,53 | 956,03 | 397,69 | 92,84 | 1.446,56 | 509,79 |
| | % do total | 75,2 | 20,6 | 4,2 | 100,0 | | 66,1 | 27,5 | 6,4 | 100,0 | |
| RM Salvador | RS | 1.984,16 | 484,15 | 120,28 | 2.588,59 | 855,04 | 1.996,24 | 563,29 | 320,67 | 2.880,20 | 1.096,56 |
| | % do total | 76,7 | 18,7 | 4,6 | 100,0 | | 69,3 | 19,6 | 11,1 | 100,0 | |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010